ISSN: 2358-8829

O SILÊNCIO SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL (2000-2024)

Amanda Maria dos Santos Silva [1]

INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto fenômeno social, econômico e cultural de crescente complexidade, consolidou-se ao longo das últimas décadas como um campo de significativa relevância no cenário brasileiro. Sua institucionalização acadêmica, iniciada de forma mais sistemática no Brasil a partir da década de 1970, expressa um esforço contínuo de compreensão de uma prática que ultrapassa a dimensão mercadológica e se apresenta também como espaço de intercâmbio simbólico, construção de identidades e processos educativos fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Esse movimento de legitimação científica, conforme apontam Rejowski (1993) e Ansarah (2002), evidencia a necessidade premente de superar abordagens estritamente técnicas ou gerenciais e de ampliar a reflexão sobre os fundamentos e as implicações do Turismo na sociedade brasileira contemporânea, que é marcada por profundas desigualdades estruturais e uma diversidade étnico-racial que constitui o cerne do tecido social da nação. A trajetória do turismo no Brasil, desde os primeiros cursos técnicos até a consolidação dos programas de doutorado, reflete a busca por uma identidade científica que dialogue com as complexidades de um país de dimensões continentais e realidades sociais díspares.

Nesse contexto desafiador, a interface entre Turismo e Educação emerge como um eixo estratégico para a maturação do campo. A Educação, compreendida em sua dupla dimensão — como prática social formadora e como área de conhecimento consolidada —, oferece as bases teóricas e metodológicas necessárias para a formação de pesquisadores e profissionais capazes de analisar criticamente o fenômeno turístico em

[1] Doutora pelo curso de Educação da Universidade Federal de São Carlos – SP, Mestre pelo curso de Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – CE, Graduada pelo curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Piauí, e Graduada pelo curso de Licenciatura em História - PI. amssphb@gmail.com;

todas as suas dimensões, desde o planejamento local até as dinâmicas globais de hospitalidade. No entanto, o Brasil, marcado por uma formação socio-histórica profundamente atravessada pelo escravismo e pelo racismo estrutural, enfrenta o desafio constante de consolidar uma educação que reconheça e valorize a sua pluralidade étnica de forma efetiva. No âmbito normativo, marcos fundamentais como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica, refletindo um avanço significativo nas políticas de ações afirmativas e na construção de uma educação antirracista indispensável para a superação das invisibilidades históricas que ainda assombram as instituições de ensino e o mercado de trabalho.

Apesar desses avanços legais e da notável expansão da pós-graduação stricto sensu no país nas últimas décadas, a transposição de uma perspectiva antirracista para o ensino superior e para campos científicos específicos, como o Turismo, ainda se apresenta de forma incipiente, lacunar e, por vezes, deliberadamente negligenciada. A justificativa para este estudo reside na constatação de que a produção acadêmica que articula Turismo e Educação ainda não foi tomada, de forma abrangente e sistemática, como objeto de um estudo que investigue a presença — ou a ausência — das discussões sobre relações étnico-raciais. Essa ausência dificulta a compreensão de como o campo vem respondendo às demandas sociais por inclusão, diversidade e justiça social em um setor que lida diretamente com o território, a cultura, o patrimônio e a alteridade. O silêncio sobre o tema racial na academia não é uma omissão neutra ou meramente técnica, mas configura o que se denomina "silêncio epistemológico", um processo que invisibiliza sujeitos, saberes e temas sociais críticos, comprometendo severamente a formação de profissionais capazes de atuar de forma ética, crítica e cidadã frente às complexidades da realidade brasileira.

Diante desse cenário, a questão central que orienta esta pesquisa é a seguinte: como se caracteriza a produção acadêmica sobre Educação nos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil, no período de 2000 a 2024, no que tange à abordagem das relações étnico-raciais? O objetivo geral deste artigo é analisar essa produção, com foco específico na identificação de discussões sobre diversidade, inclusão e educação antirracista, mapeando tendências e lacunas que definem o estado da arte do campo. A pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, operacionalizada por meio de análise bibliométrica e análise de conteúdo, buscando responder às tensões e contradições que

ISSN: 2358-8829

configuram esse subcampo de estudos na interface Turismo-Educação. Ao final, pretende-se propor uma agenda de pesquisa propositiva e transformadora que rompa com a invisibilidade racial e promova uma formação turística mais plural, ética e comprometida com a justiça social necessária no turismo brasileiro do século XXI.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem quanti-qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando a bibliometria e a análise de conteúdo como principais ferramentas metodológicas para o escrutínio rigoroso da produção científica. O desenho metodológico foi cuidadosamente estruturado para capturar a totalidade da produção acadêmica da Área 27 da Capes (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo) no período de 2000 a 2024, garantindo uma visão longitudinal, abrangente e fidedigna da evolução do campo.

O estudo métrico da informação permite mapear a estrutura e a dinâmica de um campo científico, evidenciando tendências de produção, redes de colaboração institucional, colégios invisíveis e, crucialmente, as frentes de pesquisa que estão sendo negligenciadas pelos programas de pós-graduação, o que é fundamental para compreender o processo de institucionalização de saberes em áreas interdisciplinares e emergentes como o turismo.

Os procedimentos metodológicos envolveram a coleta exaustiva de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e em repositórios institucionais dos Programas de Pós-Graduação ativos da Área 27 da Capes no Brasil. Foram elencados os nove programas que compõem a base histórica e atual da área, a saber: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria (PPGTH/UNIVALI), Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH/UCS), Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade (PPGH/UAM), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR/UFRN), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR/UFPR), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR/USP), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR/UFF), Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPMTUR/IFS) e Programa de Pós-Graduação em Hotelaria e Turismo (PPGHTUR/UFPE).

A escolha desses programas justifica-se pela sua centralidade na formação de mestres e doutores e pela sua influência direta na definição das agendas de pesquisa e das

ISSN: 2358-8829

práticas pedagógicas do turismo nacional. O universo inicial da pesquisa totalizou n=1.686 trabalhos, sendo n=1.498 dissertações de mestrado e n=188 teses de doutorado defendidas ao longo de 24 anos. A partir desse universo massivo, foram aplicados filtros rigorosos por descritores e realizada a leitura técnica individualizada de títulos e resumos para identificar a produção que tratava especificamente da interface com a Educação.

O processo de filtragem e refinamento resultou na constituição de um corpus especializado de n=130 trabalhos (11% do universo inicial), sendo n=119 dissertações e n=11 teses. Após a constituição do corpus, os dados foram registrados em planilhas eletrônicas detalhadas e padronizados conforme as variáveis bibliométricas clássicas: ano de defesa, gênero da autoria, instituição de origem, nível do trabalho e abrangência espacial da pesquisa. O tratamento métrico permitiu identificar a dispersão cronológica da produção e a concentração institucional.

Na etapa qualitativa, foi aplicada a análise de conteúdo de Bardin (2016), operacionalizada por meio de leitura integral dos textos para a criação de categorias analíticas. O foco central desta etapa foi a busca minuciosa por discussões, termos e referenciais teóricos vinculados às relações étnico-raciais, diversidade, inclusão e educação antirracista, confrontando os achados empíricos com as diretrizes legais vigentes no país. O estudo respeitou integralmente os preceitos éticos da pesquisa científica, utilizando apenas documentos de acesso público e garantindo a fidedignidade absoluta na análise das informações coletadas nos repositórios oficiais da Capes e das universidades brasileiras, assegurando a transparência necessária para a socialização do conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica desta investigação pauta-se na articulação interdisciplinar entre a teoria do turismo como campo de conhecimento e a necessidade de descolonização dos currículos científicos e pedagógicos. O turismo, historicamente, foi tratado sob uma ótica funcionalista e eurocêntrica, onde a hospitalidade e o consumo eram desvinculados das tensões raciais. Para romper com essa visão, é necessário evocar o conceito de colonialidade do saber, desenvolvido por autores como Aníbal Quijano e Catherine Walsh, que descreve como a hegemonia do pensamento ocidental marginaliza

conhecimentos não-eurocêntricos e mantém a invisibilidade de populações negras e indígenas na construção do saber científico.

No Brasil, essa colonialidade manifesta-se na tendência de importar modelos de gestão que ignoram as particularidades da formação racial brasileira, resultando em um silêncio epistemológico que reflete quais conhecimentos são considerados legítimos no campo acadêmico. A colonialidade do poder e do saber opera como um dispositivo que hierarquiza sujeitos e territórios, transformando a diversidade cultural em mercadoria exótica enquanto silencia as lutas por reconhecimento e os traumas históricos da população afro-brasileira e indígena.

Segundo Nilma Lino Gomes (2012), a educação das relações étnico-raciais (ERER) não é um tema acessório, mas um imperativo para a democratização da sociedade e para a valorização da cidadania plena. A autora argumenta que o currículo deve ser um espaço de descolonização e de construção de uma "pedagogia da diversidade", onde a história e a cultura africana e indígena deixem de ser tratadas como elementos pitorescos e passem a ser compreendidas como bases estruturantes da identidade nacional. No turismo, essa necessidade é premente, dado que o setor comercializa a imagem desses povos sem garantir o devido reconhecimento de sua agência histórica.

John Tribe (2001) propõe uma reflexão sobre o "conhecimento do turismo", distinguindo entre a formação para o mercado (ocupação) e a formação para a compreensão do fenômeno (disciplina). Quando esse olhar reflexivo ignora o racismo, o turismo torna-se uma ferramenta de reprodução do status quo, incapaz de questionar as assimetrias de poder. A pedagogia da diversidade proposta por Gomes exige que o turismo reconheça o corpo negro e o corpo indígena não apenas como prestadores de serviço ou objetos de contemplação turística, mas como sujeitos produtores de conhecimento e detentores de direitos territoriais inalienáveis.

A interface entre Turismo e Educação deve ser compreendida como um campo de disputa epistemológica e política, onde a formação de professores e a elaboração de currículos são atos fundamentais para a transformação social. Como destaca Airey (2008), a educação superior é o principal motor de legitimação internacional do turismo. Se essa legitimação ocorre sobre o silenciamento das relações étnico-raciais, o campo corre o risco de se tornar tecnicamente eficiente, mas socialmente alienado da realidade pluriétnica.

ISSN: 2358-8829

O conceito de “produção de ausências” de Boaventura de Sousa Santos (2007) explica como a ciência moderna produz invisibilidades ao desconsiderar temas sociais críticos como a raça. A sociologia das ausências propõe que o que não existe é, na verdade, produzido como não existente — uma alternativa não credível àquilo que existe. No turismo brasileiro, a ausência do debate racial é uma construção ativa que protege a branquitude como norma universal da hospitalidade. Portanto, o referencial teórico situa esta pesquisa na interseção entre a sociologia da ciência e a pedagogia crítica, buscando caminhos para uma formação turística que integre a educação antirracista como um requisito ético e profissional inalienável, rompendo com a monocultura do saber eurocentrado que ainda domina os manuais de turismo.

Além disso, é fundamental discutir o papel da pedagogia universitária na desconstrução de preconceitos. A formação superior em turismo no Brasil tem se pautado, em larga medida, por uma lógica tecnicista que privilegia a “capacitação” em detrimento da “formação”. Enquanto a capacitação foca no know-how operacional, a formação integral exige o savoir-être cidadão. A educação das relações étnico-raciais no ensino superior, conforme preconizado pelo Parecer CNE/CP nº 003/2004, não deve ser uma disciplina isolada, mas uma perspectiva que perpassa todas as áreas do conhecimento.

No turismo, isso significa analisar como a geografia turística, a história da arte, o planejamento urbano e a gestão de pessoas são atravessados pelo racismo estrutural. A invisibilidade dessas questões nos currículos de turismo reflete uma resistência institucional em enfrentar o mito da democracia racial, que ainda permeia o imaginário das elites acadêmicas e empresariais do setor. A descolonização do currículo de turismo exige, portanto, uma revisão das bibliografias, a inclusão de autores negros e indígenas e a análise crítica dos processos de gentrificação e exclusão que o turismo muitas vezes promove em comunidades tradicionais.

Por fim, a trajetória da pesquisa em turismo no Brasil, mapeada por autores como Rejowski (1996) e Panosso Netto (2005), demonstra que a área tem buscado sua autonomia científica através de diálogos interdisciplinares. No entanto, esse diálogo tem sido mais frequente com a administração, a economia e a geografia, e menos intenso com a sociologia da educação e os estudos étnico-raciais. A bibliometria, enquanto ferramenta de mapeamento científico, revela não apenas o que se pesquisa, mas também o que se deixa de pesquisar. Ao aplicar a bibliometria à interface Turismo-Educação, é possível identificar os “vazios teóricos” que impedem o amadurecimento do campo.

O silêncio sobre a raça não é apenas uma lacuna temática; é uma fragilidade epistemológica que limita a capacidade do turismo de responder aos desafios de uma sociedade democrática. A construção de uma ciência do turismo brasileira exige que olhemos para o espelho da nossa própria formação social, reconhecendo que não há turismo sustentável sem justiça racial e não há educação em turismo sem o reconhecimento da diversidade que nos constitui como povo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir do mapeamento bibliométrico e da análise de conteúdo delineiam um perfil da produção acadêmica marcado por assimetrias estruturais, desigualdades regionais e silenciamentos temáticos significativos que merecem uma discussão aprofundada. No panorama bibliométrico quantitativo, observa-se que, embora a produção total da Área 27 da Capes seja volumosa, totalizando 1.686 trabalhos defendidos entre 2000 e 2024, apenas uma pequena parcela de 11% (n=130) dedica-se especificamente à interface com a Educação. Esse dado demonstra que a temática educacional ainda ocupa um espaço periférico e secundário nas preocupações da pós-graduação em turismo no Brasil, que tende a priorizar temas de gestão empresarial, marketing de destinos e economia do turismo.

A desproporção acentuada entre o número de dissertações de mestrado (n=119) e o de teses de doutorado (n=11) no corpus educacional é alarmante, indicando que a interface Turismo-Educação carece de aprofundamento teórico, maturação epistemológica e investigações de longo prazo típicas do nível doutoral. A escassez de teses sugere que o campo ainda é visto majoritariamente como um subtema de formação profissional imediata ou treinamento operacional, e não como um objeto de reflexão científica densa e complexa.

No que tange ao perfil da autoria, a pesquisa identificou uma expressiva predominância feminina, com n=96 pesquisas de autoria de mulheres (73,8%) frente a n=36 de homens. Esse fenômeno reflete a histórica feminização dos espaços de cuidado, hospitalidade e educação no Brasil, mas também levanta questões críticas sobre por que, mesmo com uma base majoritária de pesquisadoras mulheres, temas como gênero, feminismos e interseccionalidade racial ainda são tão pouco explorados na área. Quanto à distribuição espacial, a concentração regional é um dos achados mais impactantes e

preocupantes desta investigação: 75% das pesquisas de âmbito estadual estão situadas na região Sudeste do país.

A ausência total de estudos registrados na região Norte e a presença de apenas um estudo na região Centro-Oeste evidenciam um "vazio geográfico" científico que silencia as realidades educacionais, culturais e sociais de territórios marcados por fortes presenças indígenas, quilombolas e ribeirinhas, fundamentais para a construção de um turismo verdadeiramente nacional, diverso e inclusivo. Essa desigualdade geográfica compromete a compreensão da diversidade cultural do país e reforça a hegemonia de modelos educacionais pensados a partir do centro-sul.

A análise qualitativa permitiu classificar o corpus de 130 trabalhos em 12 categorias temáticas analíticas que refletem os interesses dominantes da área: corpo discente, corpo docente, currículo, educação, ensino, extensão, formação profissional, formação superior, formação técnica, instituição de ensino, profissionais e qualificação profissional. As categorias "Educação" (n=35), "Formação Superior" (n=17) e "Currículo" (n=12) concentram o maior volume de trabalhos. A categoria "Educação" abrange discussões genéricas sobre a importância da educação para o desenvolvimento regional, enquanto "Formação Superior" foca na estrutura dos cursos de graduação e no perfil do egresso, frequentemente sob uma ótica de adequação funcional às competências exigidas pelo mercado de trabalho.

A categoria "Currículo" dedica-se majoritariamente à organização pedagógica e ao alinhamento das grades curriculares com as demandas empresariais, mas raramente questiona as bases ideológicas e raciais dos conteúdos ensinados. Trabalhos sobre "Qualificação Profissional" revelam uma preocupação com a eficiência operacional do setor, muitas vezes vinculada a políticas públicas como o Pronatec Turismo, focando na técnica e no treinamento rápido, e não na formação integral e cidadã do sujeito trabalhador.

O dado mais crítico, revelador e inovador desta investigação reside na identificação de um "ponto cego" absoluto e estrutural: nenhuma das 130 pesquisas analisadas ao longo de 24 anos dedicou-se especificamente às relações étnico-raciais, às ações afirmativas ou à construção de uma educação antirracista no turismo. O silêncio sobre a raça e a etnia é quantitativamente absoluto e qualitativamente preocupante, evidenciando que a pós-graduação em turismo no Brasil permanece alheia às diretrizes

educacionais nacionais que buscam a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Mesmo em categorias onde o tema seria incontornável, como “Corpo Discente” (onde se poderia discutir o perfil racial dos estudantes e o impacto das cotas) ou “Currículo” (onde se deveria analisar a aplicação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08), o tema racial é sistematicamente ignorado. A diversidade é tratada, em raros momentos, como um sinônimo vago e inofensivo de “inclusão social”, sem qualquer debate sobre o racismo estrutural que permeia a hospitalidade brasileira — setor onde a mão de obra negra é majoritária em cargos operacionais subalternos e dramaticamente sub-representada em cargos de gestão e decisão.

Esse silêncio epistemológico produz uma ciência incompleta e alienada, que falha em preparar o profissional para atuar em uma sociedade pluriétnica, reforçando invisibilidades históricas e mantendo o turismo como um espaço de reprodução de privilégios de branquitude e exclusões sociais profundas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho reforçam a urgência inadiável de uma mudança profunda de paradigma na pesquisa científica e no ensino do turismo no Brasil. O mapeamento bibliométrico de quase um quarto de século de produção acadêmica demonstrou de forma contundente que a interface Turismo-Educação, embora apresente crescimento quantitativo, padece de um silêncio estrutural e epistemológico em relação às relações étnico-raciais.

O silêncio identificado não é meramente uma ausência fortuita de dados ou uma falta de interesse passageira, mas constitui um reflexo direto da colonialidade do saber que ainda molda a academia brasileira, priorizando a técnica mercadológica e a eficiência gerencial em detrimento da ética, da cidadania plena e da justiça social. A invisibilidade de temas sociais críticos compromete a capacidade do turismo de se consolidar como um vetor de desenvolvimento social justo, sustentável e verdadeiramente democrático para todos os brasileiros.

A prospecção para a comunidade científica nacional é a necessidade imediata de reformulação radical das agendas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Turismo. É imperativo que novos estudos ocupem essa lacuna crítica, investigando como

a educação antirracista pode ser integrada aos currículos de turismo de forma orgânica, crítica e transformadora. Romper com o silêncio epistemológico sobre as relações étnico-raciais é um passo essencial para a construção de uma prática pedagógica e científica que seja verdadeiramente inclusiva e comprometida com a realidade pluriétnica nacional. A formação continuada de professores e o desenvolvimento de recursos didáticos que contemplem a diversidade racial e cultural são passos fundamentais para que o turismo deixe de ser apenas uma prática econômica de consumo e passe a ser um espaço de reconhecimento e valorização da pluralidade brasileira.

Conclui-se que o fortalecimento e a maturidade da área de turismo no Brasil dependem fundamentalmente da sua capacidade de dialogar com as complexidades e as feridas abertas da sociedade nacional. A ausência total de teses e dissertações sobre o tema racial em um corpus de 130 trabalhos evidencia a urgência de políticas institucionais de incentivo à pesquisa sobre diversidade, inclusão e relações étnico-raciais. Espera-se que este diagnóstico sirva como um chamado urgente para que pesquisadores, orientadores e gestores educacionais assumam o compromisso ético de descolonizar o saber no turismo, garantindo que a pluralidade étnica brasileira deixe de ser uma ausência histórica e científica para se tornar uma presença transformadora, potente e necessária na ciência e na sociedade contemporânea. Somente através do enfrentamento do racismo e do reconhecimento das nossas raízes africanas e indígenas é que o turismo brasileiro poderá alcançar sua verdadeira excelência acadêmica e social.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ANSAHAR, M. M. Z. **Turismo**: planejamento e organização. São Paulo: Hucitec, 2002.

AIREY, D. 25 years of tourism education. **Tourism Recreation Research**, v. 33, n. 2, p. 183-190, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF, 2003.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do Turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**: um panorama latino-americano. Campinas: Papirus, 1996.

SANTOS, B. S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Coimbra: Almedina, 2007.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica da produção científica sobre pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 655-676, 2011.

TRIBE, J. Research paradigms and the tourism curriculum. **Journal of Travel Research**, v. 39, n. 4, p. 442-448, 2001.